

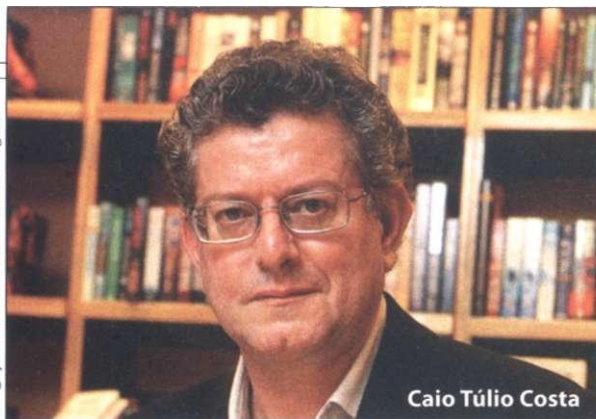
Mídia e catástrofe

JUVENAL SAVIAN FILHO

Não há dúvida de que todos ficamos terrificados diante das últimas catástrofes naturais ocorridas no Haiti e no Chile. Neste início de novo milênio, os problemas naturais nos põem diante de muitos impasses éticos, sobretudo quando há perdas humanas, como ocorreu com esses países. Um dos problemas éticos com o qual devemos nos confrontar se refere ao modo como os meios de comunicação nos transmitem os eventos catastróficos. Em outras épocas, não teríamos conhecido a dimensão dos fatos da maneira como conhecemos hoje, seja porque não havia recursos técnicos, seja porque podia haver controle ideológico. Dê-se, então, o valor merecido à mídia e ao seu trabalho. Por outro lado, os mesmos recursos e a mesma liberdade que permitem à mídia desempenhar tão bem seu papel levam-nos a perguntar se, em alguns casos, não se dá cobertura excessiva às catástrofes, explorando a sensibilidade de pessoas menos críticas, a fim de obter lucro puro e simples e de maneira antiética. O pano de fundo dessa questão é, sem dúvida, a concepção ética de cada veículo de comunicação. Mas isso não poderia significar que cada veículo tenha "sua"

ética (cada qual com seu "código de ética"); afinal, se houver tantas "éticas" quantas forem as instituições e os indivíduos, a própria convivência social tornar-se-á impossível. Então, se aceitarmos que ainda há certos valores considerados universais (entre eles o respeito humano, a não vilização do próximo etc), poderemos concluir que os meios de comunicação são éticos ao explorar o sofrimento alheio, a fim de obter audiência? Pensando nesse pano de fundo é que fizemos a Caio Túlio Costa e a Clóvis de Barros Filho algumas perguntas relacionadas à postura da mídia brasileira na cobertura das catástrofes do Haiti e do Chile. Caio é jornalista e doutor em comunicação pela ECA/USP, trabalhou durante 21 anos no Grupo Folha e leciona, atualmente, ética jornalística na Faculdade Cásper Libero, em São Paulo. Publicou, entre outras obras e artigos, o livro *Ética, Jornalismo e Nova Mídia - Uma Moral Provisória* (Zahar, 2009). Clóvis de Barros Filho é doutor em comunicação pela ECA/USP e livre-docente pela mesma universidade. Entre outras obras e artigos, publicou *Ética na Comunicação* (Summus, 2008), que se encontra na 6ª edição.





Caio Túlio Costa



Clóvis de Barros Filho

CULT – Quais são os limites éticos para a ação da mídia na cobertura de catástrofes?

Caio Túlio Costa - Cada tipo de publicação tem uma maneira de entender seus limites éticos - eu dou nome a isso: moral provisória. O tablóide sensacionalista vai pegar pelo lado mais sensacional, mais cru, mais sofrido, mais dramático, mais sangrento. O jornal de qualidade vai ser sensacional na sua medida - porque ambas as catástrofes que você cita, os terremotos no Haiti e no Chile, são acontecimentos sensacionais. A publicação "feliz" que trata de "gente" vai publicar com frieza as fotos mais dramáticas. Não há como fugir da tragédia. Os limites se dão, repito, em função do estilo moral de cada publicação. A mídia, como um todo, é sensacionalista? Sim. Por quê? Porque vivemos na sociedade do espetáculo, já dizia Guy Debord lá no final dos anos 1960. E o espetáculo é a fetichização da imagem.

Clóvis de Barros Filho - No meu entender, falar de limites éticos é falar da ética em si. Do meu ponto de vista, falar de ética não é falar de valores que limitem a ação, mas do sistema de valoração do mundo que a norteia, a direciona. Nesse sentido, analisar a ética da mídia envolve tudo aquilo que a mobiliza a agir. Entre esses fatores estão, em

primeiro lugar, os patrocinadores e, em segundo, o público. Sendo assim, a mídia vai necessariamente fazer o que quer que seja para ter mais público e ganhar mais dinheiro. A função da mídia é faturar. O serviço social é apenas um dos meios possíveis para isso. O limite da ação da mídia, então, é dado pelo momento em que determinada ação não resulta em saldo positivo. É uma ética egoísta, pois a valoração do mundo se dá a partir da análise da própria condição. Nem as vítimas das catástrofes nem a audiência são levadas em conta senão como instrumentos para o que importa: somente a mídia em si.

CULT – Seria possível distinguir quando estamos diante de uma reportagem humanizada e de uma exploração sentimentalista dos fatos?

Caio Túlio - Sim, claro. O leitor atento percebe. O leitor distraído não percebe. Mas ambos já estão bastante "educados", ou condicionados, a ponto de consumir a barbárie como algo banal - é isso que é a sociedade do espetáculo.

Clóvis - Sim. Basta analisar quais são as escolhas do jornalista, qual sua valoração do mundo e da situação para construir sua reportagem. Uma reportagem dita humanizada pode mostrar os responsáveis históricos, dizer que há muito não se faz

nada para resolver o problema, que o povo oprimido o é há muito tempo, que as autoridades renegam boa parte de suas atribuições etc. Uma exploração sentimentalista é muito mais fácil, pois evita contraste de interesses, afinal o único exposto é a vítima. Dia desses assisti a uma reportagem de uma atriz que visitou um desses países que sofrem os mais desumanos males. Seu relato era de que se tratava de um povo bondoso e carinhoso. Típica visão etnocêntrica, egoísta e exploradora, de quem não faz a mínima questão de se colocar no lugar do outro.

CULT – Houve, por parte do governo brasileiro, uma exploração política da cobertura das catástrofes?

Caio Túlio - Não há como fugir da exploração política quando se mandam tropas, hospitais, aviões e tudo mais que foi enviado pelo governo brasileiro ao Haiti e ao Chile. Nesse caso, olhe bem, nesse caso específico: salve, salve a exploração política!

Clóvis - Não há nada que não seja passível de exploração política. E, se o político for verdadeiramente um profissional, não perderá nenhuma chance. Quem deve acordar para isso é o povo, que parece não só desconhecer as proporções de tais atos, mas também consentir cegamente em sua realização.